

Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais

Andréia Tecchi¹
Adinor José Capellesso²
Clóvis Dorigon³
Ademir Antonio Cazella⁴

Resumo: O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) propõe potencializar o processo de ativação interligada dos recursos territoriais. O objetivo deste artigo consiste em identificar bens, produtos e serviços que podem ser articulados pelos atores na promoção do desenvolvimento territorial na Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc). A pesquisa de campo foi realizada em agosto de 2019, com dezesseis atores entrevistados. Inventariou-se e caracterizou-se diferentes recursos territoriais, registrando-se graus de ativação diferenciados. Os mais ativados são a Oktoberfest, os produtos coloniais e as sementes crioulas. Em fase inicial ou pouco ativados estão o turismo rural, de aventura e histórico-cultural; locais para realização de eventos e de lazer e a tríplice fronteira. Entre esses identificam-se possíveis sinergias a ser mobilizadas pelos atores para a construção do efeito cesta, sendo que a gestão da governança exige atenção para beneficiar os atores socialmente vulneráveis.

Palavras chaves: Cesta de bens e serviços territoriais, Desenvolvimento territorial, Ativos e recursos.

Territorial Development in The Far West of Santa Catarina State: the Basket of Territorial Goods and Services Approach

Abstract: The Basket of Territorial Goods and Services framework proposes to enhance the process of interconnected activation of territorial resources. The objective of this article is to identify goods, products and services that can be articulated by the actors in the promotion of territorial development in the Association of Municipalities in the West of Santa Catarina (Ameosc). The field research was carried out in August 2019, with sixteen actors interviewed. Different territorial resources were inventoried and characterized, with different degrees of activation being recorded. The most active are Oktoberfest, colonial products and indigenous seeds. In the initial phase or less active are rural, adventure and historical-cultural tourism; places for events and leisure and the triple frontier. Among these, possible synergies were identified to be mobilized by the actors for the construction of the basket effect, however attention must be given to the governance management in order to benefit the socially vulnerable actors.

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC); e-mail: deiatecchio@yahoo.com.br

² Doutor em Agroecossistemas, Professor no IFSC Câmpus São Miguel do Oeste; e-mail adinor.capellesso@ifsc.edu.br

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; e-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br

⁴ Doutor em Ordenamento Territorial junto ao Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement -Tours/França; Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas; e-mail: aacazella@gmail.com

Keywords: Basket of Territorial Goods and Services, Territorial development, Assets and resources.

Submetido em 03.12.2020; aprovado em 04.01.2021

Introdução

Os estudos sobre o desenvolvimento até os anos 1980 concebiam o espaço como o simples suporte das atividades econômicas. As diferenças naturais e locacionais explicariam a especialização das regiões diante da dinâmica econômica homogeneizante, desconsiderando os atores enquanto protagonistas da construção social de mercados. As análises de experiências que fugiam a essa lógica, com notório pioneirismo dos estudos sobre os distritos industriais italianos, evidenciaram a necessidade de incorporar elementos sociais, políticos, ambientais e culturais do espaço geográfico (CARRIÈRE, CAZELLA, 2006; CAZELLA, 2002). Essas dimensões têm foco no processo de mobilização de atores, que empreendem de forma coletiva estratégias de adaptação aos limites externos, criam um projeto de desenvolvimento com base na “identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12-13). Em síntese, a ação dos atores pode especificar ativos que diferencia um território dos demais, dando origem a projetos de desenvolvimento alicerçados no território.

O desenvolvimento territorial é favorecido por características que permitem ancorar a ação econômica em recursos específicos e nos atores do território (PECQUEUR, 2005). O enfoque territorial é a base da abordagem teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), elaborada a partir de pesquisas realizadas em territórios franceses por um grupo de pesquisadores de Grenoble, a partir da década de 1990. A CBST busca evidenciar as possibilidades de sinergia entre produtos e serviços valorizados por diferentes dinâmicas de atores sociais de um território (PECQUEUR, 2005; MOLLARD, PECQUEUR, 2007).

Respeitadas as diferenças de contextos, uma análise ancorada no enfoque da CBST no Brasil se justifica devido à abundância de estudos sobre desenvolvimento territorial desprovidos de referencial teórico-metodológico e à existência de escassos trabalhos científicos que recorrem a esse enfoque (CAZELLA et al., 2019). Os estudos já realizados com esse referencial em territórios catarinenses indicam a necessidade da sua adaptação para contemplar o contexto brasileiro; incluindo questões como a vulnerabilidade social; a pobreza; o acesso inadequado aos meios de produção, como a terra, por uma parcela da população rural, bem como a governança territorial e processos de desenvolvimento inclusivos (CAZELLA et al., 2019; HORA, 2019; MILANO, et al., 2019; PAULA, 2019).

O objetivo principal deste artigo consiste em aplicar o referencial teórico-metodológico da CBST na identificação de bens, produtos e serviços que já estejam sendo

mobilizados por iniciativa coletiva de atores territoriais ou que representam um potencial a ser valorizado em projetos de desenvolvimento territorial. O recorte geográfico do estudo contemplou a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc), que é composta por dezenove municípios. A Figura 01, na próxima página, apresenta os municípios que integram esta Associação. Essa escolha levou em consideração os seguintes aspectos: i) a região é formada por municípios rurais, distantes de grandes centros urbanos e com economia dependente de atividades agropecuárias⁵; ii) a Ameosc articula a representação política desses municípios com o objetivo de trocar experiências e desenvolver ações conjuntas para fortalecer o desenvolvimento regional; iii) existência de iniciativas que buscam valorizar recursos territoriais específicos na linha preconizada pelo enfoque da CBST; e iv) conhecimento prévio de pesquisadores de projeto sobre este enfoque, que atuam ou atuaram profissionalmente no Oeste de Santa Catarina⁶.

A pesquisa de campo consistiu em realizar um inventário preliminar de recursos e ativos territoriais conduzido em agosto de 2019, a qual envolveu atores dos municípios de Anchieta, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga e São Miguel do Oeste. A seleção dos entrevistados buscou contemplar atores públicos, privados e associativos que promovem ações, mesmo que dispersas, que convergem para a construção de uma CBST. Assim, contemplou-se atores-chave que contribuem: i) em projetos que destoam da produção agrícola orientada às *commodities*; ii) em serviços ligados à cultura e ao patrimônio natural; iii) em organizações sindicais ligadas a agricultura familiar; e iv) na atuação regional via organizações coletivas públicas e privadas.

⁵ O município polo São Miguel do Oeste possui 40.482 habitantes e, como polo regional, possui dinâmicas econômicas relacionadas ao setor de serviços. Enquanto isso, os demais possuem dinâmica dependente das atividades rurais e populações oscilando entre 1.667 e 16.842 habitantes, totalizando aproximadamente 171 mil habitantes (IBGE, 2010).

⁶ Desde o início de 2019, o projeto “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável”, contemplado no Edital Universal do CNPq, vem sendo executado por um grupo de pesquisadores de diferentes organizações científicas do estado de Santa Catarina.

Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais

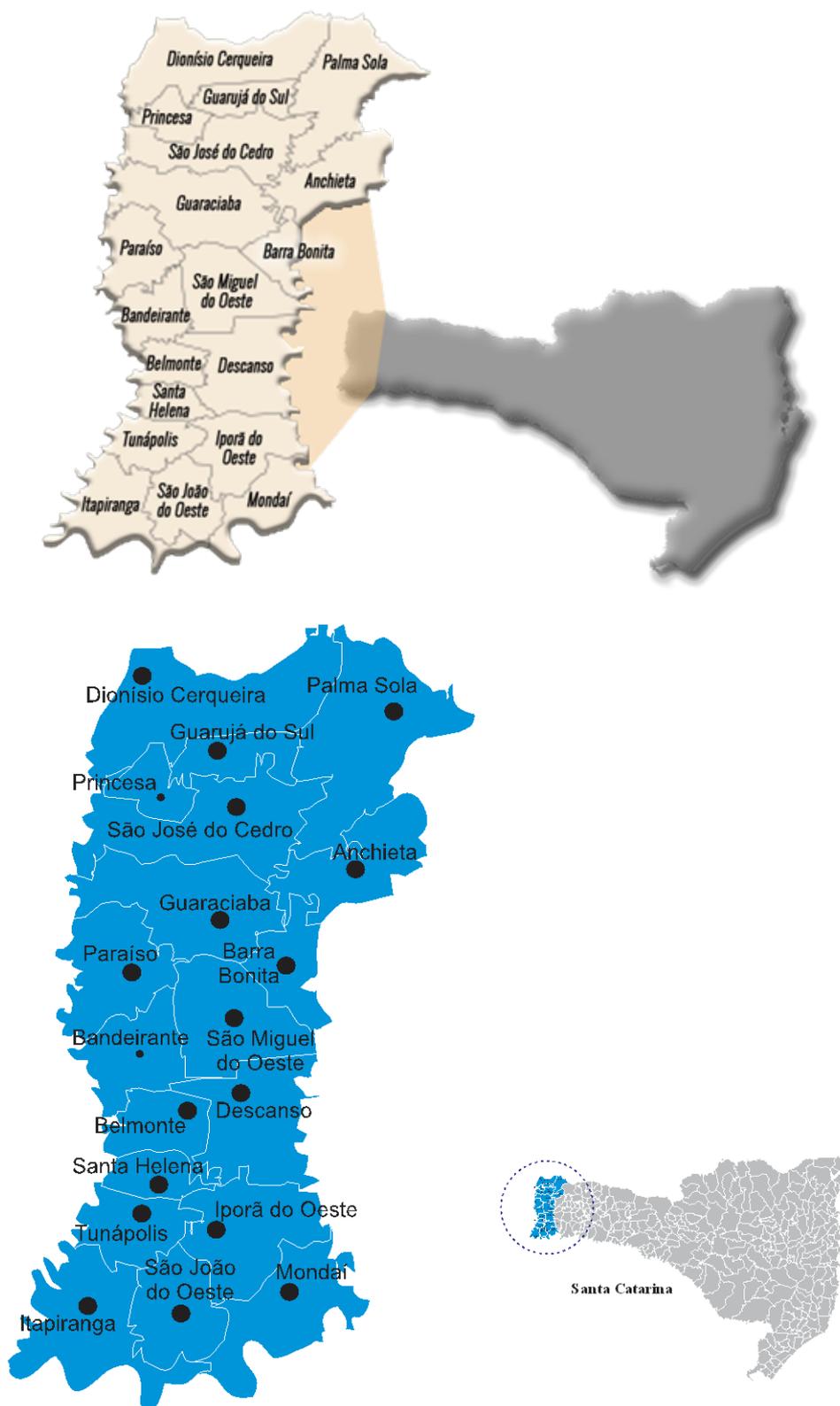


Figura 01: Municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (Ameosc).

Fonte: <https://www.ameosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/44933>.

Ao todo foram realizadas catorze entrevistas, sendo que duas delas contaram com a presença de dois atores, totalizando dezesseis inqueridos. Os mesmos pertencem a três

grandes categorias socioeconômicas: i) pública: dois prefeitos, três agentes de assistência técnica, dois agentes de turismo, um secretário de uma instituição intermunicipal e um secretário municipal de agricultura; ii) privados: um empresário da área do ecoturismo e iii) associativos: duas lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais e um de empregadores rurais, um presidente de cooperativa e dois agentes da área da economia solidária. Em que pese tal distinção metodológica, a fronteira entre essas três esferas é tênue, pois os atores transitam entre elas ou mantêm vínculos com suas atividades econômicas privadas de origem.

Além desta introdução, este artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta o referencial teórico-metodológico da CBST. A segunda discute a formação social e espacial da região Oeste de Santa Catarina. A terceira e a quarta abordam respectivamente, os ativos e os recursos territoriais dos municípios que integram a Ameosc. Nas considerações finais, analisamos a composição da cesta, bem como do denominado “efeito cesta”.

Cesta de bens e serviços territoriais: ativos e recursos específicos

As elaborações sobre a CBST na década de 1990 tiveram por base um estudo pioneiro no território de Baronnies, localizado no departamento de Drôme, Sul da França. Esse território não apresentava as características naturais favoráveis à “modernização” da agricultura, ficando relegado à marginalização econômica nas décadas de 1960 e 1970. Essa situação começou a ser revertida a partir da metade da década de 1980, quando a valorização de recursos territoriais específicos começou a ser operada. Um conjunto de fatores passou a ser mobilizado, inicialmente, de forma dispersa: turismo, residências secundárias, biodiversidade, atributos ligados às amenidades rurais (paisagens, relevo montanhoso, silêncio, flora, fauna, entre outras), patrimônio arquitetônico preservado, produtos típicos e qualidade dos serviços públicos e privados (HIRCZAK et al., 2008; HIRCZAK; PECQUEUR; MOLLARD, 2004).

O estudo no território de Baronnies analisou a relação entre oferta e demanda do conjunto de bens e serviços territoriais. Ao evidenciar experiências de articulação de uns aos outros para valorizar seu potencial, o conceito de CBST começou a ser formulado, o qual contempla a noção de renda de qualidade territorial (MOLLARD, PECQUEUR, 2007). A cesta se constituiu em volta de um produto líder, o óleo de oliva, que reuniu outros produtos de longa tradição, a exemplo de derivados de óleo de oliva (sabão, pasta de azeitonas pretas), vinhos, lavanda, óleos essenciais e plantas aromáticas. Esses produtos se reforçam mutuamente e geram uma renda decorrente da qualidade territorial, que promove um círculo virtuoso de desenvolvimento territorial (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001).

O efeito CBST está correlacionado à valorização de diversos produtos e serviços, com destaque para o turismo e os mercados de proximidade, em torno de uma construção cognitiva em escala territorial. Ao adquirir um produto, o consumidor descobre as especificidades dos demais e passa a utilizar os produtos da cesta. A cesta é “a expressão de uma oferta específica, composta e territorial” (PECQUEUR, 2001, p. 45, tradução nossa). Embora cada bem ou serviço possa ser vendido separadamente, as receitas do conjunto de produtos com imagem interligada devem ser superiores àquela que seria obtida pela venda dissociada de cada produto.

Na competição entre territórios, a situação ou raridade dos recursos vai condicionar o tipo de desenvolvimento em cada território (PECQUEUR, 2005). Recursos são objetos materiais (um produto) ou imateriais (saber fazer, patrimônio cultural), cujo valor seja reconhecido localmente, podendo ser valorizado individual ou coletivamente. A noção de recursos é transversal e se refere a todos os campos de atividades. Num território um recurso não se limita a “um produto e um uso”, pois pode ser objeto de diversas e complementares valorizações, por diferentes usuários. Por exemplo, um queijo pode estar associado a um saber-fazer, tradições, heranças culinárias, entre outros aspectos. “Ativar um recurso territorial é assim criar elos de complementaridades, de sinergias, entre uma diversidade de valorizações” (PERRON, JANIN, 2014, p. 19, tradução nossa).

Os fatores a explorar, a organizar ou a revelar são denominados recursos territoriais, constituindo-se em uma reserva ou um potencial que pode se transformar em ativos territoriais pela ação dos atores. Entre recursos e ativos há uma escala gradativa que depende das condições de produção ou de criação de tecnologia para ativação. Os recursos e ativos podem ser classificados em genéricos, quando são comuns a diferentes territórios, e específicos, quando sua presença e transferência para outro território é de difícil execução. Os valores e os potenciais dos ativos e recursos genéricos independem do lugar onde são produzidos, podendo ser facilmente transferidos de um território a outro sem grandes custos. Se as estratégias do território se alicerçarem em recursos genéricos, a diferenciação se dará por pouco tempo. Já o valor dos ativos específicos não pode ser transferido ou resulta em custos de transferência nem sempre compensatórios, o que confere maior consistência no processo de diferenciação (COLLETIS, PECQUEUR, 2005; PECQUEUR, 2005).

Formação social e espacial da região Oeste de Santa Catarina

A formação socioespacial da região Oeste de Santa Catarina permite diferenciar três fases históricas de ocupação, cada qual com protagonistas de povos étnicos distintos. A primeira se refere à ocupação original feita por povos indígenas das etnias Kaingang e Guarani; a segunda corresponde à ocupação cabocla, intensificada no final do século XIX; e

a terceira iniciada nas primeiras décadas do século XX, promovida por projetos de colonização que atraiu descendentes de imigrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul (D'ANGELIS, 1995; POLI, 2006).

A presença de povos Kaingang é retratada por estudos sobre o período pré-colombiano, os quais teriam sido parcialmente deslocados com a chegada dos Guaranis. Ainda presentes no Oeste Catarinense, na região da Ameosc inexistem reservas indígenas, sendo sua presença atual ligada a alguns ancestrais dos atuais moradores. No Século XIX incorporaram-se populações caboclas ligadas ao ciclo econômico da erva-mate (D'ANGELIS, 1995; NÖTZOLD, 2003). Esses povos mantinham um regime de ocupação seminômade facilitada pela baixa densidade demográfica e pela inexistência de títulos de propriedade sobre a terra. Resolvidos os conflitos fronteiriços com a Argentina, o modo de vida dos indígenas e caboclos não atendia às pretensões econômicas do Estado Imperial. A opção foi “liberar as suas terras para a formação de colônias, incentivando-os a transformarem-se em mão de obra utilizável na agricultura” (NÖTZOLD, 2003, p. 79-80).

Embora inicialmente distante, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande cruzou o Oeste Catarinense na primeira década do Século XX. A empresa norte americana Brazil Railway Company, responsável pela construção, recebeu como parte do pagamento faixas de terra de até quinze quilômetros de cada lado da linha, além da autorização para explorar toda a madeira nelas existente. Oficialmente, essas terras eram consideradas devolutas, mas, na realidade, eram ocupadas por caboclos, que se tornaram protagonistas da Guerra do Contestado entre 1912-1916 (VALENTINI, RADIN, 2011).

A Guerra do Contestado resultou na morte de milhares de pessoas e a persistência de um número expressivo de famílias caboclas sem-terra. Para além do conflito com os caboclos, algumas áreas próximas à ferrovia já eram tituladas. Como compensação, o Estado brasileiro repassou à empresa os títulos das terras que representam os atuais municípios do Extremo Oeste catarinense, excetuando-se três fazendas já previamente tituladas. Essas áreas deveriam ser colonizadas até 1930, sob pena de retornarem ao controle do Estado. Para evitar a perda desse direito, a empresa norte americana terceirizou a ocupação para diversas empresas de colonização (CAPELLESSO, 2016).

As colonizadoras segmentaram as terras em lotes de aproximadamente 24 ha, os quais foram vendidos principalmente para descendentes de imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul. Esses se dedicaram basicamente à agricultura e introduziram um novo sistema de produção, provocando uma ruptura, não sem conflitos, com o sistema tradicional de posse e uso da terra praticado pelos povos tradicionais (RENK, 2006; VALENTINI, RADIN, 2011). Até meados da década de 1950, as trocas econômicas externas restringem-se basicamente a madeira e erva mate. O alto grau de isolamento das

comunidades se assemelha ao descrito pelo conceito clássico de campesinato, em que a produção agropecuária é direcionada para a subsistência.

A partir da década de 1950, a expansão urbana do País impulsionou o comércio da produção agropecuária, fomentando a modernização do setor agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina. A demanda crescente de alimentos foi expandindo do meio Oeste, onde passava a ferrovia, até chegar na fronteira com a Argentina. Entre os principais produtos, essa abriu espaço para a comercialização de suínos, inicialmente obtidos com base em sistemas tradicionais de produção. Gradativamente as grandes unidades de beneficiamento passaram a preconizar orientações técnicas voltadas a atender as demandas de mercado, alterando a configuração dos sistemas de produção. Convertendo-se em uma commodities, esse polo de inovação tecnológica constituiu o maior complexo agroindustrial de derivados de suínos e aves da América Latina, incorporando muitos agricultores familiares (MIOR, 2005; DORIGON, RENK, 2011).

A crise econômica que se instaurou no Brasil na metade da década de 1980 impactou muitos colonos, que passaram a ter dificuldades para assegurar a sua reprodução social. Os pequenos lotes já não eram mais passíveis de divisão por herança e os preços elevados das terras as tornaram obstáculos para ampliar a escala, necessária para competir no mercado. Esse período é marcado por três fenômenos: i) êxodo rural de famílias; ii) intensificação das migrações em busca de novas áreas para praticar agricultura, principalmente, no Centro-Oeste do Brasil; e iii) organização social e política via renovação do sindicalismo rural e criação de movimentos sociais, dentre os quais os de luta pela reforma agrária (ROVER, 2009; MEDEIROS, 1989).

O modelo agrícola de “modernização” da agropecuária nas atividades de suínos e aves passou por um processo de seleção excludente. Como resultado, o Censo Agropecuário 2017 registrou venda de suínos em 13,5% dos estabelecimentos agropecuários do Extremo Oeste Catarinense, sendo essa superior a 20 animais anuais em somente 6,2% das unidades. Já a avicultura registra venda em 6,1% dos estabelecimentos, com números acima de 200 animais em somente 2,3% (IBGE, 2019). Sem espaço nas cadeias de suínos e aves, a dificuldade econômica assolou a maior parte das famílias na década de 1990, sendo parcialmente contornada com a promoção da cadeia do leite. Essa atividade se expandiu até por volta de 2010, quando também passou a registrar seleção excludente. O Censo Agropecuário de 2017 registra 55% dos estabelecimentos agropecuários regionais vendendo leite, com 52,5% com mais de 10 cabeças e 11% acima de 50 animais (IBGE, 2019). Respeitadas as diferenças técnicas em relação aos ciclos anteriores, muitos desses 44% de agricultores não dispõem de condições, especialmente de área, para continuar a expandir a produção na bovinocultura de leite, carecendo de alternativas para viabilizar sua reprodução social na atividade (CAPELLESSO, 2016).

Em paralelo ao leite, a partir da década de 1990, novas alternativas foram construídas por agricultores familiares, apoiados principalmente por organizações sociais (NIEDERLE et al., 2014), a saber: produção de alimentos agroecológicos; manutenção e recuperação de sementes crioulas com foco na alimentação; diversificação produtiva; produção, transformação e comercialização de produtos coloniais em pequenas agroindústrias familiares ou cooperativas e construção de novos mercados (MIOR, 2005, DORIGON, 2008; DORIGON e RENK, 2011; BUSATO et al, 2015; GONÇALVES, 2016; GRISA et al., 2020). Em que pese tais iniciativas contemplares grupos de atores marginalizados das cadeias de commodities e não ao conjunto da região, como expresso na formulação original, essas atividades se configuram enquanto iniciativas que se aproximam do enfoque da CBST.

Componentes de uma possível CBST no Extremo Oeste Catarinense

A trajetória histórica do Oeste de Santa Catarina mesclou elementos culturais de diferentes povos que a habitam, os quais são ressignificados no tempo. Os produtos coloniais⁷ e as festas típicas têm profunda relação com a agropecuária, representando expressão e possibilidades de ativação da diversidade de saberes. A essas iniciativas se associam a construção de algumas experiências de valorização de recursos naturais ligadas ao turismo, ao processamento de alimentos em unidades familiares e ao artesanato.

A cultura indígena e cabocla aparece pontualmente (ex. chimarrão, abelhas nativas) e mesclada com a dos povos com ocupação posterior, representando recursos a serem estudados no território. Por sua vez, os projetos de colonização atraíram descendentes de imigrantes europeus de diferentes etnias (alemães, italianos, poloneses). Essas diferenças intrarregionais vêm sendo valorizadas em alguns municípios, com destaque para a organização de eventos que buscam manter vivos conhecimentos e costumes tradicionais por meio da valorização de produtos, saberes e recursos diversos. Os municípios que mais se destacam na promoção de grandes eventos, atraindo visitantes da região e de outros estados são Itapiranga (16.872 habitantes) e Anchieta (5.638 habitantes), que promovem, respectivamente, a *Oktoberfest* e a Festa das Sementes Crioulas (DORIGON et al., 2015).

A primeira *Oktoberfest* do Brasil foi realizada em Itapiranga, mais precisamente na Linha Presidente Becker, em 1978. Conhecida como “Berço Nacional da *Oktoberfest*”, em clara disputa de reputação com festa homóloga realizada no município de Blumenau a partir dos anos 1980, na região do Vale do Itajaí. Inspirada na festa original de Monique, Alemanha, a Linha Presidente Becker foi colonizada por imigrantes alemães que chegaram diretamente à região na década de 1930. Esse evento tem forte articulação com o

⁷ Para maiores informações, verificar Dorigon (2008), Dorigon, Renk (2011) e Dorigon et al., (2015).

movimento internacional de valorização das micro cervejarias, com apelo para o artesanal e os sabores diferenciados.

Para fortalecer e dar visibilidade a produtos e serviços vinculados às especificidades do município de Itapiranga foi constituído, em 2018, o selo “Itapiranga: Naturalmente bela, genuinamente alemã”. Esse selo busca valorizar características da colonização, tradições e a cultura local. A constituição dessa “marca coletiva” suscita o debate de como integrar iniciativas de cooperação e de valorização de produtos e serviços numa perspectiva territorial, em relações que ultrapassem os limites geográficos municipais. Até mesmo porque os municípios de São João do Oeste, Tunápolis e parte de Santa Helena e Iporã do Oeste tem histórico de colonização comum, partilhando a mesma história e cultura.

Em Anchieta, a Festa das Sementes Crioulas ocorre desde 2000 e tem como objetivo principal a valorização da agrobiodiversidade. Sua origem está ligada a uma iniciativa de resgate dos produtos e saberes dos agricultores em um projeto organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). O evento começou com caráter regional e ganhou expressão nacional, com a participação de pessoas de quase todos os estados brasileiros e de alguns países vizinhos. Essa Festa associa elementos da alimentação local, com destaque para os produtos e artesanatos derivados de milho crioulo, além de palestras, cursos e oficinas sobre o tema da agrobiodiversidade.

A valorização de sementes crioulas conta com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio de pesquisas e projetos de extensão desde 2002. Recentemente, pesquisadores desta Universidade vêm apoiando o processo de Indicação Geográfica do Milho Crioulo, ainda em construção. Outra característica da Festa das Sementes Crioulas é que sua organização envolve instituições públicas em parceria com organizações da sociedade civil e com participação popular. Essa particularidade contribuiu para dar visibilidade ao município, com grande potencial de promover a paisagem natural rica em cachoeiras.

A Festa do Milho Crioulo está também articulada aos movimentos sociais rurais que integram a Via Campesina, cuja presença é expressiva no Extremo Oeste do estado, além de algumas Organizações Não Governamentais (ONG). Esses movimentos e atores sociais fazem parte de um movimento denominado por Portilho (2008) de “ambientalização do consumo”, críticos do excessivo processo de industrialização da agricultura e articulados em torno da agroecologia. Como resultado dessa difusão regional, a valorização dos materiais crioulos e produtos coloniais conta com experiências em diversos municípios, onde predominam trocas via mercado informal com familiares.

Uma modalidade de serviço que começa a ganhar expressão em municípios da região está associada à atividade de formação ou capacitação. Trata-se de cursos de curta

duração, técnicos e superiores, que qualificam profissionais para atuar no setor da agropecuária e industrialização de alimentos. Diversos atores entrevistados relataram que a maioria dos egressos atua nas grandes agroindústrias, mas há casos de jovens rurais que buscam ampliar o conhecimento para trabalhar na agropecuária e/ou em pequenos empreendimentos agroindustriais familiares. Os cursos são oferecidos pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *campus* de São Miguel do Oeste, Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas de São Miguel do Oeste (Cedup), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e a Unidade Central de Educação Faem Faculdade (UCEFF) de Itapiranga. Ademais, as casas familiares rurais⁸ e a Epagri qualificam agricultores no que concerne aos sistemas produtivos, industrialização e comercialização de produtos.

Uma iniciativa privada, o “Eventos Park”, com estrutura para realizar eventos, localizado no município de Tunápolis (4.543 habitantes), complementa essa modalidade específica de serviços. Além de salas para reuniões, há um parque aquático e uma fábrica própria do Chopp Pak Bier. A produção do Chopp é artesanal e a caldeira aquece o salão de inverno. Além disso, há cabanas para as pessoas se hospedarem e uma tirolesa, numa clara aposta em espaço de formação e turismo.

No que concerne ao turismo, se destacam a *Oktoberfest* e a festa das sementes crioulas, mas também atividades de voo livre, balonismo, valorização de belezas naturais (cachoeiras, rio Uruguai), pontos geográficos singulares (Marco Grande em Dionísio Cerqueira) e outras formas de turismo rural. Nos últimos anos, diversos empreendimentos turísticos e de lazer foram estruturados na região pela iniciativa privada. Merecem destaque as modalidades de turismo de aventura, turismo histórico e lazer. No final de 2017, foi lançado a rota turística “Caminhos da Fronteira”, cujo trabalho de levantamento e organização foi desenvolvido durante dois anos pela Ameosc e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Essa Rota contempla aproximadamente vinte e cinco atrações turísticas de dezessete municípios da região.

Em Anchieta, a empresa Ar Livre Ecoturismo começou a operar em 2015 na modalidade de turismo de aventura. O diferencial e principal atrativo identificado pelo seu proprietário são as mais de 120 cachoeiras catalogadas. Segundo esse entrevistado, Anchieta é o município com mais quedas da água do estado de Santa Catarina. Entre suas ações destaca-se a Rota dos Cânions, que tem diversas opções de pacotes para que os turistas possam conhecer as quedas d’água. Os agricultores familiares proprietários de terras onde se encontram as cachoeiras firmaram contratos com a empresa. Essa se responsabiliza pelos possíveis riscos e os agricultores são remunerados por visita. No

⁸ A casa familiar rural é um espaço educativo construído na parceria entre Estado e organizações da sociedade civil e busca articular a realidade vivenciada pelos agricultores das atividades de ensino. A relação com o campo se mantém durante a formação, mobilizando-se a pedagogia da alternância.

restaurante da empresa são oferecidas refeições com pratos típicos da região, sendo que a maioria dos alimentos é adquirida de agroindústrias de agricultores familiares, embora a exigência de legalização sanitária limite a inclusão de muitos produtos. Estendendo os laços, o entrevistado destaca a criação de alguns pacotes turísticos que buscam articular as visitas a Anchieta com a Oktoberfest.

A Ar Livre Ecoturismo tem parceria com a empresa NoaR Skydive, que oferece passeios de balão. Esse serviço possui como diferencial, em comparação com outros locais onde o balonismo é praticado, o fato de o balão subir até 3.000 metros, devido à existência de vales que favorecem a atividade. O balão não possui lugar definido de pouso, sendo criado um sentimento coletivo com os agricultores da região quanto à possibilidade de pouso próximo a suas casas. Os turistas predominantemente originários dos três estados do Sul e de São Paulo. Esses são atraídos pelos baixos preços dos serviços quando comparados a outras regiões brasileiras, mas sobretudo pela beleza da paisagem da região, formada pelo mosaico típico das propriedades da agricultura de base familiar, associada à topografia acidentada e cachoeiras e pela possibilidade do contato com a cultura local, em especial do meio rural.

Nesse mesmo ramo de serviços, o município de Barra Bonita (1.677 habitantes) destaca-se na prática do parapente e de canoagem. O local é de fácil acesso e com boas condições de vento. O empreendimento é administrado pelo Clube de Voo Livre Torre dos Ventos, que inclusive já sediou uma etapa do Circuito Catarinense de Permanência e Pouso. Além de tornar o município referência no voo simples e duplo, a empresa Macroturismo oferece um roteiro de aventura com canoagem nas corredeiras.

O Marco Grande é o monumento que indica a divisa entre dois países (Brasil e Argentina), três estados (Santa Catarina, Paraná e Misiones) e três municípios (Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen). As cidades desses três municípios formam a tríplice fronteira e são chamadas de trigêmeas. As cidades de Dionísio Cerqueira e Barracão são separadas por uma linha imaginária, imperceptível pelas pessoas que ali transitam. O acesso a Bernardo de Irigoyen pode ser feito a pé, atravessando o canteiro do Lago Internacional. A divisa com a Argentina promove também o turismo regional relacionado ao comércio, pois há o deslocamento de habitantes da região para fazer compras, especialmente de vinhos.

Diversos municípios estão promovendo o turismo rural, embora a iniciativa seja ainda incipiente. Diferentes rotas, além de ofertar café da manhã, almoço e lanche da tarde, proporcionam a contemplação de belezas naturais e visitas a empreendimentos de produtos típicos da agricultura familiar. Entretanto, essas iniciativas enfrentam algumas limitações, a exemplo da dificuldade de oferecer alimentos produzidos pelas famílias nas refeições das rotas devido às exigências dos órgãos fiscalizadores. O município de São João do Oeste

(6.381 habitantes) se diferencia dos demais por dispor de uma estrutura privada de piscinas, com águas termais consideradas mais quentes do Brasil, esporte de aventura na natureza (trilhas, cachoeiras, passeios de cavalo e charrete), esporte de aventura (tirolesa, pêndulo, escalada), áreas de *camping*, espaço esportivo, centro de eventos, gastronomia, além de lojas que comercializam diversos produtos.

No que concerne ao turismo histórico, à região conta com o maior museu localizado na área rural da América Latina, no município de Guaraciaba (10.090 habitantes). Esse museu possui mais de 7.500 peças coletadas e doadas por moradores da região desde 1964. Atualmente, essas peças estão agrupadas em quatro períodos históricos: vulcânico (pedras), indígena (ferramentas, madeiras, argila), caboclo (ferramentas) e colonizador (objetos utilizados desde o início da colonização até a chegada da energia elétrica).

O artesanato é outro ativo territorial ligado à tradição de costura criativa (bonecas, crochê, tricô, bolsas, toalhas de prato), artesanatos diversos feitos com palha de milho e de trigo e bambu, bem como cuias para fazer chimarrão, entre outros. Os artesões do território contam com o apoio da ONG “Instituto Acordar”, que tem sede em São Miguel do Oeste e atuação no Sul do Brasil. Este Instituto é uma associação privada sem fins lucrativos, fundado em 2007, cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento humano, social e ambiental. De maneira específica, o Instituto fornece cursos de aperfeiçoamento e contribui na organização de artesões, geralmente que vivem em situação de vulnerabilidade social, bem como na comercialização dos produtos em feiras de economia solidária e exposições realizadas na região. Apenas alguns municípios possuem lojas específicas às quais o artesanato é vendido.

Recursos Territoriais com potencial de serem ativados

Diversos recursos territoriais foram apontados pelos atores entrevistados, os quais quase não são aproveitados para o desenvolvimento do território. Embora constituam uma riqueza potencial, são mobilizados de forma pontual e podem ser mais bem explorados pelos arranjos de atores. Entre eles pode-se mencionar a cultura cabocla, outros atrativos turísticos ligados às paisagens naturais, alimentos agroecológicos e processados de forma artesanal e a história da passagem da Coluna Prestes pela região.

Em que pese o fato de uma parcela significativa dos habitantes de origem cabocla permanecerem na condição de pobreza (TECCHIO et al., 2019) e de ser estigmatizada pelos colonizadores descendentes de europeus, a cultura cabocla vem passando por um processo de reconhecimento e valorização. Esse grupo étnico e cultural está mais presente em Dionísio Cerqueira e Palma Sola e, em especial, nos assentamentos da reforma agrária de São Miguel do Oeste. Essa cultura se diferencia daquela dos descendentes de

imigrantes europeus pelos hábitos alimentares, pela sua relação com os mercados e seu *ethos* relacionado ao trabalho e à natureza (RENK, 2006; DORIGON, RENK, 2018).

A influência cabocla se faz presente também na valorização das sementes crioulas e em eventos e festas típicas. Há atualmente interfaces com a cultura dos colonos de origem europeia, que podem ser observadas, por exemplo, na Festa do Milho Crioulo e na Festa dos Produtos da Roça realizada em Guaraciaba (DORIGON et al., 2015). Essas especificidades da cultura cabocla, presentes na gastronomia, na valorização das sementes crioulas, na agroecologia e nas festividades são importantes recursos que podem ser mobilizados para lograr o efeito cesta, tanto na produção de alimentos de qualidade diferenciada quanto na promoção do turismo rural.

A passagem da Coluna Prestes pelos municípios da região pesquisada ocorreu em 1925, especialmente em Guaraciaba, Descanso e Dionísio Cerqueira, e pode ser explorado como um componente do turismo histórico. Há vestígios da Coluna que permanecem a céu aberto, a exemplo de marcos erguidos no meio da mata, trincheiras onde os combatentes se protegiam, cruzeiros em memória daqueles que morreram por enfermidades, além de objetos que são encontrados por agricultores e que são identificados como sendo da Coluna Prestes. Não obstante, esses locais não estão sequer catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e a população local e turistas conhecem parcialmente o significado da Coluna Prestes no contexto histórico brasileiro.

Apesar da região comercializar uma gama de produtos coloniais, que no enfoque da CBST classificamos como ativos territoriais, persiste o potencial para ampliar a diversidade e o volume da produção e o processamento. Essa possibilidade passa por ampliar o conhecimento entre os habitantes da região e por ações que permitam acessar mercados em outras regiões do estado e País. Um dos grandes desafios está relacionado à garantia da qualidade diante das adequações necessárias para atender a legislação sanitária. Quando a exigência de conformidade sanitária altera as características do produto, a exemplo da pasteurização do leite para produzir o queijo colonial, compromete-se a tipicidade. Um caminho é caracterizar por métodos técnicos e científicos tais processos com o propósito de demonstrar a seguridade das práticas tradicionais.

O queijo colonial de leite cru é um produto que tem sua comercialização na atualidade restrita a mercados informais, já que não atende formalmente as normas sanitárias. Para contornar esse gargalo está em andamento na região um projeto com o objetivo de caracterizar os distintos produtos fabricados à base de leite cru, verificar as possibilidades de adequação sanitária sem comprometer as características de qualidade e analisar a estruturação futura de canais de comercialização desses produtos. O projeto é financiado pela Prefeitura de São Miguel do Oeste e desenvolvido por pesquisadores e extensionistas rurais da Epagri e do IFSC, *campus* São Miguel do Oeste, bem como

técnicos da prefeitura. A pesquisa se propõe a gerar subsídios para a elaboração de um regulamento técnico de identidade e qualidade do queijo colonial, o qual servirá de marco legal para o Serviço de Inspeção Municipal. Esse regulamento suprirá um gargalo presente na maior parte de outros municípios da região, que têm interesse em apoiar a produção de queijo colonial artesanal.

A valorização de produtos coloniais pode ganhar impulso com sua associação ao turismo, com foco nos visitantes que participam das principais festas e eventos da região ou que passam pela BR 282. Entre os alimentos com esse potencial estão os panificados, doces, geleias, lácteos, queijos e outros derivados do leite, embutidos de suínos, derivados de cana de açúcar e farinha de milho e o vinho colonial. A produção de alimentos tem margem para a ampliação de sistemas produtivos ligados à olericultura, fruticultura, frango caipira, mel, ovos, peixes, arroz, trigo, centeio e cevada, todos apontados por diversos entrevistados.

Os produtos agroecológicos estão presentes em diversos municípios da região da Ameosc. A principal organização que atua com o tema é a Rede Ecovida de Agroecologia (DAMBRÓS; ARL, 2015), por meio de um Núcleo composto por cerca de trinta famílias. A esses se somam agricultores independentes com certificação de conformidade orgânica por auditoria. A assistência técnica para a produção agroecológica é prestada por técnicos de ONG, projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Epagri e de prefeituras. Vários entrevistados relataram que a busca por alimentos tradicionais mais saudáveis e orgânicos vêm aumentando, havendo potencial para ampliar esse sistema produtivo. As experiências exitosas fora das cadeias de *commodities* mostram que, até o momento, as possibilidades de sucesso se intensificam quando orientadas à oferta de produtos com diferenciais de qualidade. Para além do mercado informal, produtos com menor exigência sanitária são comercializados diretamente aos consumidores, num grande número de feiras municipais.

A fitoterapia é outro recurso territorial que começa a ser percebido com uma vantagem diferenciadora. Em 2019, as extensionistas sociais da Epagri identificaram 29 hortos de plantas fitoterápicas localizados em 10 dos 19 municípios da região no ano. Sem foco comercial, essas iniciativas têm contribuído para o resgate e manutenção do conhecimentos tradicional. Em Guarujá do Sul (5.160 habitantes), um grupo de trinta famílias de agricultores participa do projeto “Farmácia Viva”, uma política pública municipal que preconiza o uso de plantas bioativas. Essas famílias participam de um processo de capacitação periódica e implantaram hortos desse tipo de plantas em suas próprias residências ou espaços públicos. Como ainda não possuem estrutura para comercializar segundo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as plantas e os produtos medicinais obtidos são destinados ao uso doméstico. A produção de fitoterápicos também é

incentivada em praticamente todos os municípios da Ameosc pela Epagri e Movimento de Mulheres Camponesas.

O “conhecimento *in situ*” se constitui em um recurso territorial, pois sistemas tradicionais e experiências de inovações tecnológicas são visitadas por agricultores, técnicos e estudantes. As principais inovações tecnológicas da região são na área da agroecologia, sementes crioulas, biodiversidade, Pastoreio Racional Voisin (PRV)⁹ e empreendimentos coletivos. A UFSC realiza visitas técnicas e projetos de pesquisa e de extensão em Anchieta e Guaraciaba, respectivamente, desde 2002 e 2008, relacionados à produção de sementes crioulas e ações ligadas à biodiversidade agrícola. Por meio dessas atividades, pessoas de diversos países visitaram os municípios, entre eles, França, Holanda, Angola, Índia e Nepal.

As experiências de empreendimentos cooperativos, como o Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), a Cooperativa de Crédito Rural (Sulcredi), a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste) e o Assentamento da Reforma Agrária “Conquista na Fronteira” também atraem pessoas de diversas regiões do Brasil e do mundo. Essas experiências de sucesso contrastam, no entanto, com a desestruturação da Cooperativa Oeste Bio, que atuava na região na organização de produtores de sementes crioulas. Após ampliar a escala, essa iniciativa passou por problemas financeiros que comprometeram suas ações, o que teve impactos negativos na confiança dos agricultores para novas iniciativas correlatas.

Na relação com públicos externos, destaca-se que uma parcela significativa de argentinos percorre a BR 282 nos municípios da Ameosc para veranejar no litoral de Santa Catarina. Atualmente a região tem poucas ações para ampliar o tempo de permanência desses turistas com vista a explorar atrativos locais, o que poderia estimular ainda o serviço hoteleiro e de pousadas. Em que pese às oscilações de número relativas às mudanças cambiais entre os países, esse fluxo de turistas representa um recurso territorial, especialmente, pela proximidade com a Argentina.

A região apresenta uma diversidade de paisagens naturais como cachoeiras, rios, mata nativa, vales e colinas, entre outros, além do mosaico paisagístico formado pelas pequenas unidades agrícolas dos agricultores familiares, que podem ser melhor exploradas para incentivar o turismo. Na nascente do rio Peperi-Guaçu em Dionísio Cerqueira foi construído o lago internacional na tríplice fronteira. O curso desse rio estabelece a fronteira entre o estado de Santa Catarina e a província de Misiones, na Argentina. O rio Uruguai, o

⁹ PRV consiste em um conjunto de técnicas de manejo produtivo inicialmente inspirado na pesquisa do bioquímico francês André Voisin. Seu principal fundamento consiste em respeitar o período de repouso das pastagens, para que os animais não comam o seu rebrote. Esse sistema foi aprimorado e difundido no Sul País,

mais caudaloso do Sul do Brasil, passa pelos municípios de Itapiranga e Mondai. Como não há uma ponte ligando essa região com o Rio Grande do Sul, o transporte é feito por barca. A presença de diversos rios afluentes dos Rios Uruguai e Peperi-Guaçu explica a existência de cachoeiras, a maioria ainda não catalogada. Associada à beleza conferida pelas paisagens naturais, o cuidado com o embelezamento de jardins, principalmente nas propriedades rurais que trabalham com o turismo, representa mais um micro elemento do cenário territorial. Não obstante, a possibilidade de articulação de produtos típicos com o turismo passa pela qualificação do setor de serviços e pela criação de produtos turísticos que valorizem os recursos naturais.

Considerações finais

Os principais produtos e serviços da CBST dos municípios que integram a Ameosc são a *Oktoberfest* de Itapiranga, as sementes crioulas e os produtos coloniais, com notória presença de agroindústrias familiares. Essa é complementada com experiências de turismo, especialmente, de aventura e histórico-cultural; locais para a realização de eventos e de lazer; tríplice fronteira e artesanato. A metodologia da CBST aponta para a necessidade de os atores territoriais construir sinergias entre diferentes atividades de qualidade que compõem o território, por meio de um sistema de governança territorial. Nesse estudo verificou-se a grande possibilidade de valorizar ativos e desencadear novas mobilizações de recursos via o turismo rural, de aventura e histórico/cultural, locais para a realização de eventos e de lazer. Note-se que parcela do turismo já existente contempla habitantes na própria região ou de regiões vizinhas.

A ativação desses recursos resulta em diferentes níveis do chamado “efeito cesta”. Por exemplo, o reconhecimento de Anchieta pelas sementes crioulas é mobilizado para oferecer pacotes turísticos, a exemplo do turismo de aventura. Esse desencadeia um processo de ativação de recursos naturais, como as cachoeiras e trilhas, gerando uma sintonia com a preservação ambiental. Além disso, está em curso uma iniciativa de Indicação Geográfica do milho crioulo, a qual procura imprimir maior notoriedade e agregar valor a esse ativo territorial específico, que pode ser fortalecido com o turismo. Essa experiência também motivou trabalhos com outras sementes e demais materiais crioulos, principalmente, em Anchieta e Guaraciaba.

Outro exemplo do “efeito cesta” observado é o surgimento das cervejarias artesanais. Embora essas estejam associadas a uma dinâmica global de micro cervejarias, a expressiva colonização alemã de alguns municípios e a notoriedade da *Oktoberfest* representam motivações adicionais para a sua promoção.

em especial, por uma equipe de pesquisadores da UFSC, inclusive com trabalhos de extensão universitária na região Extremo Oeste em assentamentos da reforma agrária e unidades de produção familiar.

As iniciativas de desenvolvimento territorial que contemplem os povos tradicionais do território (indígenas e caboclos) são praticamente inexistentes ou embrionárias, tampouco essas categorias sociais foram mencionadas pelos atores entrevistados. Assim sendo, os achados deste estudo corroboram com as pesquisas já desenvolvidas em Santa Catarina, no que concerne a necessidade de adaptar o referencial teórico-metodológico da CBST para que contemple a vulnerabilidade social, a pobreza e o acesso inadequado aos meios de produção, como destaque para a terra, por uma parcela da população. Por se tratar de um tema difícil resolução não se pode invisibilizá-lo nas discussões sobre o desenvolvimento territorial. Um dos papéis da pesquisa sobre o tema é justamente trazer à tona temas que os atores territoriais, por vezes, negligenciam.

Em termos de governança, a Ameosc é a instituição que mais articula a representação política dos municípios que a integram. No campo das organizações associativas, o Fórum de Economia Solidária agregava os empreendimentos para atuação em eventos. Durante certo tempo, o Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional do Extremo Oeste Catarinense (Consad) captava e desenvolvia projetos de suporte a tais empreendimentos e contribuía com tal articulação. Após alguns problemas de prestação de contas, este Consórcio restringiu suas ações à prestação dos serviços de inspeção de produtos de origem animal, indispensável para viabilizar a ativação de produtos coloniais. Com foco inicial na redução de custos das compras públicas, os municípios que compõe a Ameosc, criaram o Consórcio de Desenvolvimento Regional (Conder). Embora com certo receio dos prefeitos decorrentes dos problemas gerados pelo Consad, em 2020, o Conder foi autorizado a submeter um projeto que objetiva estruturar cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Todavia, o entendimento da governança passa por resgatar a trajetória histórica das relações e experiências entre atores públicos e privados, para a qual novas pesquisas serão realizadas.

Referências

BUSATO, M. A.; MODEL, D. ESSWEIN, D.; GALLINA, L. S.; TEO, C. R. P. A.; NOTHAFT, S. C. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de agricultores familiares. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 10, n. 21, p. 142-158, 2016.

CAPELLESSO, A. J. *Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?* Tese (Doutorado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARRIÈRE, J.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. A. *Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude*. 1. ed. Thivernal-Grignon: UMR INRA-INA-PG / Mémoires et Thèses, 2002. v. 1. 395 p.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. *Economie & Institutions*, n. 6-7, p. 51-74, 2005.

DAMBRÓS, O.; ARL, V. *Da extensão rural à construção social do conhecimento: um desafio para o desenvolvimento local sustentável*. Laranjeiras do Sul, Cenater/Cooperiguaçu, 2015.

D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, SC, n. 1, p. 141-2019, 1995.

DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008, 437 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

_____. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 140-158, 2018.

DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A.; SAVIO, J. *Produtos coloniais: tradição e mudança*. Chapecó: Argos, 2015. 432 p.

GONÇALVES, G. B.; PINTO, T. T.; BURG, I. C.; DOS SANTOS, W. B.; SOUZA, R., OLGLIARI, J. B. Diversidade morfológica de variedades crioulas de milho pipoca conservadas por agricultores familiares do oeste catarinense. *Cadernos de Agroecologia*, v.10, n. 3, 2016.

GRISA, C.; TECCHIO, A. CHECHI L. A.; SABOURIN, E. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. *Estudos, Sociedade, Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020.

HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. Le panier de biens et de service de qualité: vers un modèle de développement territorial durable?. *Montagnes Méditerranéennes*, Institut de géographie alpine, n. 20, p. 35-42, 2004.

HIRCZAK, M. *et al.* Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. Paris, *Économie Rurale*, n. 308, p. 55-70, 2008.

HORA, G. B. “Os Dois Lados da Mesma Moeda”: inclusão e exclusão territorial de vitivinicultores no contexto da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe/SC. 2019. 304 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, 116 p.

MILANO, M. Z.; PRADO, F. H.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C.; DORTZBACH, D. A indicação geográfica como instrumento para criação de uma cesta de bens e serviços territoriais: o caso da erva-mate do Planalto Norte Catarinense. In: *Indicações Geográficas e Produtos Tradicionais*. Anais eletrônicos do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, Florianópolis, 2019, p. 205-2010.

- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Unochapecó, 2005.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, n. 261, p. 16-34, 2001.
- MOLLARD, A., PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services : histoire succincte d'une recherche. *Économie rurale*, 300, 2007, p. 109-114.
- NIEDERLE, P. A., et al. Dinâmicas sociais no Território Paraná Centro-PR. In: *Participação, Territórios e Cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil*. CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIERDERLE, P. A. (Org.). 2014. p. 237-325.
- NÖTZOLD, A. L. V. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003. 99 p.
- PAULA, L. G. N. *Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?*. 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Paris, *Economie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- _____. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, nºs 01 e 02, p. 10-22, 2005.
- POLI, J. Caboclos: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, SC, n. 23, p. 149-187, 2006.
- PERRON, L ; JANIN, C. *Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique*. Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, 2014, p. 101.
- POLI, J. Caboclos: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, SC, n. 23, p. 149-187, 2006.
- PORTILHO, F. Consumidores de produtos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade ambiental. Porto Seguro: ANPAS, 2008.
- RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2 ed., 2006. 250 p.
- ROVER, O. J. Obstáculos e exigências para a governança Regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, v. 7, n. 1, p. 130-152, 2011.
- TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; SABOURIN, E; CORTES, G. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina. *Redes: Revista de Desenvolvimento Regional*, v. 24, n. 3, p. 217-240. 2019.
- VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. In: *Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 26, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio da ANPUH, São Paulo, 2011. 14 p.